

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2019

Senhores Acionistas:
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Mercantil do Brasil S.A., bem como as demonstrações consolidadas abrangendo as empresas do conglomerado.

CONJUNTURA ECONÔMICA E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

No cenário global, constata-se queda relevante no ritmo de expansão de importantes blocos econômicos. Nesse contexto, a China registrou crescimento de 6,1% em 2018, a economia americana cresceu 2,3% (2,9% em 2018) e na área do euro a expansão foi de 1,2% (1,8% no ano anterior). Na economia japonesa, o crescimento tem sido moderado.
No Brasil, os principais indicadores de desempenho evidenciam continuidade da trajetória de recuperação gradual da economia. O primeiro semestre foi caracterizado pela queda do vigor do comércio varejista ampliado e pela retração na produção industrial. No segundo semestre, o cenário econômico foi mais positivo, fomentado por medidas de estímulo à atividade econômica, destacando-se a liberação parcial de recursos do PIS/Pasep e do FGTS aos trabalhadores.
Por outro lado, constata-se importantes avanços nos fundamentos da economia, substanciando no controle da inflação, na adoção de medidas para o equilíbrio das contas públicas, queda da taxa Selic, redução gradual do desemprego e na boa geração de superávit comercial, que fomentam o otimismo dos agentes econômicos e expectativas de expansão do PIB para o fim de 2020, ante crescimento da ordem de 1,1% em 2019.

Quanto à inflação, o IPCA registrou variação anual de 4,31% (3,75% em 2018), puxado em novembro e dezembro por elevação atípica nos preços dos alimentos e bebidas, especialmente da carne e seus derivados. Apesar desse comportamento irregular dos preços ao final do exercício, preços recentes apontam para IPCA de 3,4% em 2020. Acompanhando a queda da inflação nos últimos períodos, houve redução gradual da taxa Selic, que posicionou-se em 4,5% no final de 2019, menor patamar na série histórica, desde 1997.

No Sistema Financeiro Nacional, o crescimento do crédito no período esteve condicionado, principalmente, à expansão das operações contratadas com pessoas físicas. O crédito para pessoa jurídica fechou estável, na comparação com dezembro de 2018. O nível das provisões para perdas com crédito registrou queda até outubro, voltando a subir gradativamente em novembro e dezembro.

CONTEXTO CORPORATIVO E MERCADOLÓGICO

• **Perfil Corporativo e Mercadológico**
A trajetória do Mercantil do Brasil em seus 76 anos de atuação foi mais uma vez marcada por destacado êxito. A tradição e a força da marca convivem com respectivo nível de gestão empresarial, que confere à Instituição domínio sobre o seu negócio e elevada capacidade de se adaptar ao cenário vigente em cada momento, alcançada em seu Planejamento Estratégico e Mercadológico.

O MB caracteriza-se pelo perfil corporativo de banco de porte médio, com 238 unidades de atendimento, atuação no varejo bancário tradicional e foco geográfico na região Sudeste do País. Opera com pessoas físicas e jurídicas na concessão de crédito, oferecendo a adaptação de recursos de perfil pulverizado, distribuindo amplo portfólio de produtos e serviços através de rede própria de atendimento e parceiros.

Adicionalmente, por meio de parcerias estratégicas com correspondentes bancários, o Mercantil do Brasil desenvolveu capacitação para originação de empréstimos consignados em folha, permitindo a expansão da sua atuação além da região Sudeste.
Além dos esforços comerciais para incrementar a geração de negócios massificados com clientes pessoas físicas e pequenas e médias empresas, a Instituição tem alocado importantes investimentos para inovar e colocar à disposição canais digitais cada vez mais ajustados às demandas dos clientes.

Vale destacar que a decisão de consolidar a sua atuação no varejo bancário e em capturar as oportunidades de ganhos de eficiência com a evolução tecnológica e a digitalização de processos permitiu a aceleração do ritmo de crescimento da base de clientes nos últimos anos, execução do plano de revisão do posicionamento geográfico, a priorização de investimentos em negócios mais rentáveis, bem como a redução dos custos operacionais.

Em dezembro de 2019, o MB atingiu a marca de 2,4 milhões de clientes, resultado das capacidades desenvolvíveis e especialização no atendimento e relacionamento junto ao público alvo de beneficiários do INSS, por meio de lançamento de novas linhas de crédito e opções de investimento, alinhadas ao perfil e características desse nicho de cliente.

Oferece ao cliente uma experiência única de relacionamento sustentada em um atendimento simples, ágil e próximo, em que a eficiência no servir é a principal diretriz da Instituição e a satisfação do cliente um compromisso de todos os colaboradores. De fato, os indicadores sobre a qualidade do atendimento refletem essa diretriz corporativa e, nesse sentido, pesquisas de Imagem e Satisfação dos Clientes revela índices históricos elevados, atingindo 91% na última edição de 2018. Destaca-se, também, o reconhecimento das entidades especializadas em relações de consumo e de classe que categorizam o Banco entre as melhores instituições no segmento bancário nacional em atendimento e melhores práticas no relacionamento com o cliente, bem como a certificação ISO9001 dos processos de atendimento aos beneficiários do INSS da agência Matrix.

Todas essas conquistas refletem os investimentos na capacitação de seus 2.856 colaboradores e em clima organizacional, que também proporcionaram ao MB manter-se no 1º lugar como a Melhor Empresa para se Trabalhar em Minas Gerais, segmento grandes empresas, nos anos de 2018 e 2019, 24º lugar no ranking nacional grandes empresas e 4º lugar setorial na categoria Instituições Financeiras / Bancos. Ressalta-se a adoção de boas práticas de governança corporativa que permeia todos os processos da Instituição, garantindo a consecução dos objetivos estratégicos do Banco em conformidade com as normas vigentes, uma gestão de riscos eficiente e um sistema de controles seguro, que garantem ao Mercantil do Brasil sua notória solidez no mercado financeiro.

Tudo isso mostra o elevado comprometimento do Mercantil do Brasil em sua busca obstinada para manter sua trajetória histórica de crescimento sustentável e o acerto das estratégias definidas, resultado dos esforços empreendidos e investimentos realizados, resultando em valiosa parceria com o capital humano e clientes.

• **Canais de Atendimento e Transformação Digital**
Os canais de atendimento são os meios disponibilizados pelo Banco para relacionamento com os clientes, envolvendo realização de transações e de negócios. Contribuem para a redução de custos, aumento de eficiência e geração de receitas. O Autoatendimento é o principal canal de relacionamento, proporcionando interatividade, segurança, versatilidade e agilidade na realização de transações dos clientes, além de oferecer facilidade no acesso às linhas de crédito. Atualmente é responsável por 35% das transações financeiras realizadas pelos canais de atendimento. O canal *Internet Banking* responde por 4% de todas as transações realizadas, dispondo de amplo portfólio de produtos e serviços.

O *Call Center* consolidou seus processos de atendimento, com objetivo de alavancar os índices de resolução das solicitações dos clientes no primeiro contato. Nesse sentido, o Banco continua investindo em treinamento de seus funcionários, visando aumentar a especialização e capacidade de resolutividade. De fato, o canal centraliza o atendimento de todos os canais digitais (Alô Mercantil - SAC, Banco por Telefone, Redes Sociais, Fale Conosco, Reclame Aqui e Consumidor.gov), incluindo uma visão única do atendimento ao cliente, consolidando-se como canal

de relacionamento do cliente com o Banco, através do qual atingiu-se um índice de 93% de resolutividade em 1º nível e 100% de aprovação em auditoria feita pela Febraban.

O atendimento nas Redes Sociais alcançou crescimento da ordem de 14% em relação ao último semestre de 2018, atingindo a marca de 269.510 fás. O Mercantil do Brasil vem mantendo constante evolução tecnológica e fazendo avanços importantes em sua transformação digital, proporcionando aos clientes as melhores experiências de relacionamento. Destacam-se nesse contexto, a criação da assistente virtual "MEL", a expansão das funcionalidades do *AppMB* e a criação do DOMO DIGITAL.

A "MEL" é a assistente virtual do Mercantil do Brasil, baseada em inteligência artificial, capaz de interagir com clientes e demais interessados através de *chat*, auxiliando no fornecimento de informações sobre produtos e serviços. Já estão disponíveis informações sobre empréstimos, cartão de crédito, benefícios, crédito consignado, entre outras. A "MEL" entrou em operação em julho de 2019 e vem progressivamente passando por evoluções na sua capacidade de interagir com os clientes, tendo realizado mais de 10.000 atendimentos. Para melhorar ainda mais a experiência do cliente com o MB, em 2020 a "MEL" vai interagir também através do *AppMB* e do *WhatsApp*.

Como um dos canais priorizados em esforços e investimentos, o *AppMB* foi atualizado com novas funcionalidades e novos mecanismos de segurança, aumentando ainda mais sua utilização e tornando o *Mobile Banking* um dos principais canais transacionais em curto espaço de tempo. Aproximadamente 22% dos correntistas já aderiram ao *AppMB*; 35% das transações comuns em todos os meios eletrônicos de relacionamento com os clientes foram realizadas neste canal em dezembro de 2019 e as contratações de crédito já somam mais de 10% do volume total contratado. São indicadores que credenciam os investimentos contínuos no *AppMB*, visando alcançar um número cada vez maior de clientes e aumentar sua participação nos resultados da Instituição.

Outra iniciativa na direção desta transformação, foi a criação do DOMO DIGITAL. Trata-se de um centro de inovação, projetado para abrigar todo o desenvolvimento de soluções digitais e integrar as equipes e sistemas do MB ao mundo das *startups*. Nesse centro, são realizadas avaliações e testes de novas soluções tecnológicas que possam participar do ecossistema digital do MB. O DOMO também é o espaço onde acontecem os eventos de introdução às metodologias ágeis, integrando esses métodos na rotina diária de trabalho das áreas.

O Mercantil do Brasil garante também os investimentos na atualização contínua de toda sua estrutura de atendimento presencial, seja na racionalização e digitalização de processos, proporcionando maior agilidade na rede de agências, seja na automação da retaguarda, reduzindo custos e garantindo segurança e qualidade.

Nessa perspectiva, o MB conta com a Plataforma de Agências e a Plataforma Digital, importantes ferramentas de trabalho das equipes de atendimento e vendas. Através do uso de *tablets* e tecnologias inovadoras, o processo de atendimento e abertura de conta nas agências é 100% digital, totalmente intuitivo, simples, com ganhos significativos de velocidade e custo, além de conforto para os clientes.

É nesse contexto que em 2019 foram realizados investimentos em melhorias de processos, novos aplicativos, digitalização, telecomunicações, equipamentos e *softwares* especialistas. Para 2020, as previsões de investimento são da ordem de R\$ 80,0 milhões, com foco em inovação e na evolução constante das soluções tecnológicas, visando sempre o aumento do nível de qualidade e satisfação no atendimento de nossos clientes.

Assim, o MB vem avançando em sua trajetória cuidadosamente planejada de inovações e adaptações para novos tempos, em que as transformações sociais e a mudança de hábitos dos clientes demandam também novas soluções e tecnologias nas formas de relacionamento.

• **Responsabilidade Socioambiental – Atuação Responsável**
As iniciativas desenvolvidas e apoiadas pelo Mercantil do Brasil nas esferas da cultura, do esporte e da cidadania tem o objetivo de promover valores importantes para o desenvolvimento humano e que reforcem a atuação de cada cidadão como agente na construção de uma sociedade mais consciente.

Dentre as iniciativas em andamento estão:
• **MB Educação Financeira** - Lançada em 2012, o programa visa contribuir com o processo de educação financeira da sociedade por meio da disseminação de informações úteis nas redes sociais e no site de Educação Financeira da Empresa. **MB Consciente Ambiental** - Criado em 2009, o MB Consciente Ambiental é o programa de gestão ambiental do Banco, voltado para o público interno, que visa contribuir para a preservação do meio ambiente. Compõem os eixos do programa, a educação ambiental, a prevenção e minimização de impactos ambientais decorrentes das atividades do Mercantil e a atuação social responsável atrelada à gestão ambiental.

• **MB Doação de Sangue** - Desde 2013, o programa realiza ações de sensibilização para dar visibilidade à causa, principalmente junto ao público interno, incentivando a doação, articulando e agilizando a captação de doadores de sangue. Para atingir todos esses objetivos, o Mercantil conta com uma rede de doadores voluntários, formados pelos próprios colaboradores da Empresa, que formam o Banco de Doadores de Sangue e atuam em unidades do MB de todo o Brasil.

Além disso, o Banco apoiou a realização de uma série de iniciativas aprovadas em mecanismos de incentivos fiscais, em diversas frentes culturais e sociais, como os projetos:
>> Cine Vida: oficinas sobre cinema para a formação de jovens e adultos.
>> Circo no Quêbradas: oficinas musicais que atendem gratuitamente cerca de 120 crianças e adolescentes de uma das comunidades mais carentes da capital mineira.
>> Infinitude: projeto voltado para o público da terceira idade, que promove *blitz* de estímulo à busca pela qualidade de vida, seja por meio do cuidado com a saúde, seja por meio do lazer (música, teatro, gastronomia, etc).

>> Orquestra Jovem Sinfonia de Betânia: ensino da música erudita a crianças e jovens.
>> Orquestra Filarmônica de Minas Gerais: realização de concerto da série Clássicos na Praça. Apresentação gratuita e ao ar livre.
Informações sobre os programas, projetos e ações na área de responsabilidade socioambiental, realizados e patrocinados pelo Mercantil do Brasil, poderão ser obtidas no site mercantildobrasil.com.br.

• **Capital Humano**
No Mercantil do Brasil, os investimentos no Capital Humano são uma tradição para promover o desenvolvimento de seus colaboradores de forma alinhada aos valores, princípios e objetivos estratégicos da Instituição. Nesse contexto, em 2019, a Estação do Conhecimento deu lugar à Academia Mercantil. Trata-se de uma plataforma EaD completa e intuitiva, com recursos de gamificação, que reúne em um só lugar, cursos, vídeos, indicações de artigos e livros, com conteúdos relacionados ao crescimento pessoal e profissional, aperfeiçoamento e aprendizado contínuos dentro do MB.

Os treinamentos para desenvolvimento de competências gerenciais, essenciais e técnicas registraram 102.050 horas de treinamentos presenciais e a distância, com a participação média da ordem de 34,3 horas por funcionário.

Nos treinamentos a distância, foram lançados 20 cursos, dos quais 6 treinamentos contínuos no *AppMB*, com enfoque nos clientes e usuários sob a ótica do atendimento, sendo o primeiro treinamento de guarda do atendimento, tendo como público alvo todos os colaboradores dos Pontos de Atendimento da Instituição. Também foram lançados 7 treinamentos com enfoque comportamental e autodesenvolvimento, dentre eles, transformação digital,

singularidade tecnológica e metodologias ágeis, *scrum* para a produtividade e a arte de resolver problemas.

Nos treinamentos presenciais, destacam-se o programa "Eficiência no Atendimento ao Cliente", com foco nos escriturários de agência, com objetivo de treinar e desenvolver os conhecimentos sobre os produtos e processos do MB e, também, o aperfeiçoamento do atendimento ao cliente no Autoatendimento. O treinamento "Ferramentas para Gestão" destinou-se aos Gerentes Beneficiários INSS, com foco no aperfeiçoamento do conhecimento em processos, produtos e gestão de pessoas.

• **Gestão de Capital e Limites Operacionais**
O Mercantil do Brasil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital, que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos inerentes ao negócio e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e normas em vigor.
Os limites operacionais são calculados de forma consolidada e o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) posicionou-se em 16,69%, perante mínimo requerido de 10,50%, já considerado na adição de capital principal. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 14.

• **Gestão de Riscos**
A atividade empresarial envolve riscos e a Gestão dos Riscos de Crédito, Operacional, de Mercado, de Liquidez e Socioambiental no Mercantil do Brasil faz parte da cultura organizacional. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 22.

• **Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro**
Em sintonia com os dispositivos legais vigentes, o Mercantil do Brasil coopera com os órgãos reguladores para a prevenção e combate à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem assim para a prevenção da utilização do sistema financeiro para atos ilícitos previstos na Lei nº 9.613/1998.

Nesse contexto, possui políticas, procedimentos, controles internos e monitoramento contínuo, destinados à prevenção e combate a referidos ilícitos, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.461/2009. As orientações para cumprimento das políticas e procedimentos estão disponíveis em Ato Normativo interno acessível a todos os colaboradores.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO

• **Ativos e Passivos**
>> **Ativo Total, Aplicações de Liquidez e Operações de Crédito**
O ativo total consolidado posicionou-se em R\$ 10,0 bilhões (R\$ 9,6 bilhões em dezembro de 2018). Os ativos circulantes atingiram R\$ 6,1 bilhões (61,0% do ativo total, ante 55,0% em dezembro de 2018) e os passivos de curto prazo somaram R\$ 3,4 bilhões, representando 55,7% do ativo circulante.

As aplicações interfinanceiras de liquidez e em títulos e valores mobiliários alcançaram R\$ 3,4 bilhões. Os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento somam R\$ 3,0 bilhões (R\$ 6,3 bilhões no consolidado), para os quais o Banco tem intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento, nos termos da Circular Bacen nº 3.068/2001.

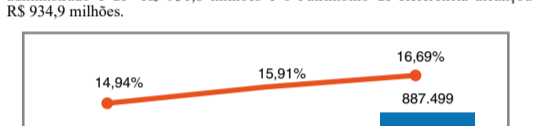
As operações de crédito posicionaram-se em R\$ 4,9 bilhões. As operações classificadas nas faixas de menor risco de crédito, de "AA" até "C", representam 81,9% do total da carteira de crédito (78,9% de dezembro de 2018). A provisão para risco de operações de crédito posicionou-se em 11,3% (12,1% de dezembro de 2018). Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 07.

• **Captação de Recursos**
Os recursos existentes foram captados tanto no mercado interno quanto no externo, perfazendo o montante de R\$ 8,1 bilhões, dos quais R\$ 6,1 bilhões são provenientes de depósitos a prazo.

Quanto aos recursos provenientes do exterior, R\$ 567,7 milhões estão registrados como Dívida Subordinada, com vencimento em julho de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, esses recursos possuíam prazo de vencimento inferior a um ano, motivo pelo qual deixaram de ser utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II. Os níveis de níveis de capitalização, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/2013.

As captações através de Letras Financeiras alcançaram R\$ 392,9 milhões. Desse total, R\$ 344,3 milhões, com vencimentos no período de 2023 a 2026, estão contabilizadas na rubrica do Passivo "Instrumento de Dívida Elegíveis a Capital" de que trata a Resolução CMN nº 4.192/2013, dos quais R\$ 246,7 milhões estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II; R\$ 31,0 milhões são instrumentos de dívida perpétua, elegíveis a capital complementar (Nível I).

• **Patrimônio Líquido, Dividendo e Resultado**
O Patrimônio Líquido posicionou-se em R\$ 887,5 milhões. O Patrimônio Líquido administrado é de R\$ 931,8 milhões e o Patrimônio de Referência alcançou R\$ 934,9 milhões.



No exercício de 2019, foram declarados dividendos aos acionistas, na forma de Juros sobre o Capital Próprio, no valor de R\$ 33,9 milhões, correspondente ao valor líquido de imposto de renda de R\$ 28,8 milhões, cabendo às ações ordinárias R\$ 0,530252 e às ações preferenciais R\$ 0,583277 por ação, também líquidos do imposto de renda.

As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R\$ 2,3 bilhões, envolvendo de 2,3% em relação ao ano anterior. As receitas de operações de crédito e de venda ou transferência de ativos financeiros totalizaram R\$ 2,1 bilhões (redução de 1,0%).

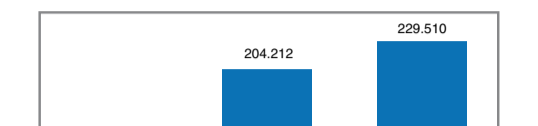
As Despesas da Intermediação Financeira somaram R\$ 907,1 milhões (redução de 20,2%), representando 39,4% das Receitas da Intermediação Financeira em dezembro de 2018.

As despesas com Operações de Captação no Mercado posicionaram-se em R\$ 481,7 milhões (redução de 14,8%). As Despesas com Provisão para Risco de Operações de Crédito foram de R\$ 413,9 milhões (queda de 24,0%), representando 18,0% da Receita da Intermediação Financeira (23,1% em dezembro de 2018).

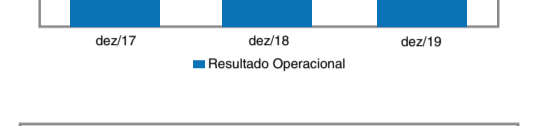
O Resultado Bruto da Intermediação Financeira manteve a trajetória de crescimento, tendo alcançado R\$ 1,4 bilhão, expressiva elevação de 14,4% em relação a 2018, resultando em importante ganho de margem bruta.

As Receitas de Prestação de Serviços somaram R\$ 272,2 milhões (R\$ 273,7 milhões em dezembro de 2018). As Despesas de Pessoal somaram R\$ 466,2 milhões (R\$ 403,6 milhões de dezembro de 2018), evolução nominal de 15,5% nos últimos doze meses. Os dois itens de maior relevância, proventos de funcionários e encargos sociais, registraram elevação em 5,5%.

As Despesas Administrativas somaram R\$ 601,1 milhões (R\$ 549,1 milhões em dezembro de 2018), evolução nominal de 9,5%. O Resultado Operacional alcançou crescimento de 12,4%. Lucro Líquido posicionou-se em R\$ 121,4 milhões, apresentando expressivo crescimento de 127,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.



• **Lucro Líquido**
O Lucro Líquido cresceu de 26.244 em dez/17 para 121.400 em dez/19, com um aumento de 53.403 em dez/18.


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL (IFRS)

O Banco divulgará no prazo regulamentar, no site da Instituição na Internet, as suas demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil IFRS, referentes ao exercício findo em 31/12/2019, comparativas a 31/12/2018, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.786/2009, e normas complementares. Os ajustes estão sendo mensurados e as demonstrações financeiras consolidadas em IFRS em fase de preparação. Informações mais detalhadas poderão ser obtidas na Nota Explicativa nº 21.

PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

As participações em empresas controladas encontram-se detalhadas em quadro específico das demonstrações financeiras.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM nº 381/2003, o Mercantil do Brasil e suas empresas controladas informam que os serviços não relacionados à auditoria externa, quando contratados, fundamentam-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionais que preservam a independência e objetividade do auditor independente.

O Mercantil do Brasil e suas empresas controladas contrataram serviços não relacionados à auditoria externa, com os seus auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, conforme segue: 1) no período findo em junho de 2017, referentes à Revisão dos Controles de Governança de Tecnologia da Informação, com prazo de duração de dois anos, no montante de R\$ 604,0 mil, equivalentes a 36,5% dos honorários de auditoria contratados naquele ano; referidos serviços foram concluídos no primeiro semestre de 2019; 2) serviços sob execução a partir de 02/01/2019 e vigência no próprio exercício: a) consultoria tributária, no valor de R\$ 375,7 mil; b) consultoria em segurança cibernética de que trata a Resolução CMN nº 4.658/2018, no valor de R\$ 124,8 mil; totalizando R\$ 500,5 mil, equivalentes a 30,0% dos honorários de auditoria contratados em 2019.

Adicionalmente, o Banco e empresas controladas confirmam que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que abrangem qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Nesses termos, os serviços profissionais não relacionados à auditoria externa prestados por referida Auditoria não afetaram a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados neste Banco e empresas controladas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta oportunidade, agradecemos aos acionistas e clientes pela confiança e apoio que nos têm prestado, bem como ao quadro de colaboradores que mais uma vez demonstrou incondicional compromisso para com as metas e objetivos do Mercantil do Brasil.

Belo Horizonte, fevereiro de 2020.

Administração
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

ATIVO	MB Múltiplo		MB Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
CIRCULANTE	5.945.087	5.046.547	6.139.548	5.260.645
DISPONIBILIDADES	681.443	536.091	681.446	536.091
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 4)	2.123.889	1.114.846	2.123.889	1.095.550
Aplicações no Mercado Aberto	2.090.000	1.065.003	2.090.000	1.065.003
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	33.889	49.843	33.889	30.547
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5)	284.825	34.472	357.636	52.254
Carteira Própria	205.577	8.705	271.688	26.487
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2)	34.310	4.050	34.310	4.050
Vinculados à Prestação de Garantias	44.938	21.717	51.638	21.717
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	46.285	87.534	46.285	87.534
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	257	-	257
Créditos Vinculados	46.285	87.277	46.285	87.277
Depósitos no Banco Central (Nota 6)	-	-	-	-
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	6.965	6.525	6.965	6.525
Transferências Internas de Recursos	6.965	6.525	6.965	6.525
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	2.138.891	2.369.305	2.243.769	2.556.827
Operações de Crédito:				
Setor Privado	2.392.213	2.681.097	2.496.505	2.866.860
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Nota 7.4)	(267.258)	(337.159)	(272.412)	(344.820)
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2)	-	-	-	-
OUTROS CRÉDITOS	457.185	567.293	470.317	587.885
Carteira de Câmbio:				
Câmbio Comprado a Liquidar	69.580	67.082	69.580	67.082
Direitos sobre Vendas de Câmbio	-	105	-	105
(Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos)	-	(105)	-	(105)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos (Nota 7.1)	8.966	4.550	8.966	4.550
Rendas a Receber (Nota 8.6)	9.161	9.247	1.452	1.208
Negociação e Intermediação de Valores	101	-	1.329	602
Diversos:				
Créditos Tributários (Nota 8.1)	203.561	181.407	209.496	190.889
Devedores por Compras de Valores e Bens (Nota 7.1)	7.401	13.472	7.401	13.472
Impostos a Compensar (Nota 8.3)	19.638	2.942	23.462	8.959
Pagamentos a Rescindir (Nota 8.4)	3.996	772	4.592	796
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.5)	146.619	281.859	156.169	292.630
Adiantamentos e Antecipações Salariais	849	1.160	913	1.196
Devedores Diversos (Nota 8.7)	35.285	39.170	35.557	39.668
Outros	3.585	2.961	3.553	4.186
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2)	(48.357)	(37.329)	(

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Para o 2º Semestre de 2019 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em R\$ mil

	MB Múltiplo			MB Consolidado		
	Exercícios			Exercícios		
	2019	2019	2018	2019	2019	2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.110.782	2.187.458	2.185.770	1.155.326	2.299.304	2.353.669
Operações de Crédito (Nota 17.1).....	899.507	1.807.682	1.887.946	934.200	1.884.895	2.028.701
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	99.210	166.614	153.356	106.882	179.004	146.540
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.2).....	10.951	3.610	49.828	10.951	3.610	49.828
Resultado de Operações de Câmbio.....	8.553	10.761	23.800	8.553	10.761	23.800
Resultado das Aplicações Compulsórias.....	2.905	5.459	10.502	2.905	5.459	11.671
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 7.4).....	89.656	193.332	60.338	91.835	215.575	93.129
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(429.739)	(887.393)	(1.107.718)	(437.782)	(907.098)	(1.136.923)
Operações de Captação no Mercado (Nota 17.2).....	(247.320)	(477.566)	(559.083)	(248.882)	(481.671)	(565.211)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses.....	(1.676)	(2.150)	(8.413)	(1.676)	(2.150)	(8.413)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 7.4).....	(2.102)	(5.222)	(12.710)	(3.782)	(9.386)	(18.577)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7.2).....	(178.641)	(402.455)	(527.512)	(183.442)	(413.891)	(544.722)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	681.043	1.300.065	1.078.052	717.544	1.392.206	1.216.746
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS	(587.875)	(1.088.884)	(903.822)	(617.606)	(1.162.696)	(1.012.534)
Recargas de Prestação de Serviços (Nota 18.1).....	121.273	243.879	253.429	138.360	272.176	273.742
Recargas de Tarifas Bancárias.....	19.589	35.648	37.223	36.665	63.932	57.499
Rendas de Tarifas Bancárias.....	101.684	208.231	216.206	101.695	208.244	216.243
Despesas de Pessoal (Nota 18.2).....	(238.567)	(439.870)	(380.961)	(252.905)	(466.230)	(403.637)
Outras Despesas Administrativas (Nota 18.3).....	(293.234)	(569.285)	(487.562)	(303.610)	(601.078)	(549.142)
Despesas Tributárias (Nota 18.4).....	(55.349)	(110.545)	(102.628)	(58.885)	(118.187)	(112.487)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 10.1).....	15.509	31.419	33.552	-	-	-
Equivalência Patrimonial.....	15.509	31.419	26.919	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	6.633	-	-	-
Outras Receitas Operacionais.....	12.993	28.585	46.152	15.021	33.725	53.885
Variações Monetárias Ativas (Nota 18.5).....	2.135	4.384	8.834	2.653	5.650	10.794
Recuperação de Encargos e Despesas.....	4.008	8.042	6.448	4.436	9.404	8.503
Reversão de Provisões.....	908	1.905	8.112	1.042	2.088	8.974
Outras Receitas (Nota 18.6).....	5.942	14.254	22.758	6.890	16.583	25.614
Outras Despesas Operacionais.....	(150.500)	(273.067)	(265.804)	(155.587)	(283.102)	(274.895)
Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais.....	(2.701)	(3.213)	(1.631)	(3.267)	(4.262)	(1.646)
Descontos Concedidos (Nota 18.7).....	(32.563)	(53.105)	(60.928)	(33.233)	(54.238)	(61.902)
Variações Monetárias Passivas.....	(1.411)	(3.103)	(2.883)	(1.594)	(3.482)	(3.712)
Despesas de Caráter Eventual (Nota 18.8).....	(24.709)	(40.084)	(37.870)	(27.782)	(46.230)	(43.486)
Outras Despesas (Nota 18.9).....	(89.116)	(173.562)	(162.492)	(89.711)	(174.700)	(164.489)
RESULTADO OPERACIONAL	93.168	211.181	174.230	99.938	229.510	204.212
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 19).....	(82.335)	(114.034)	(64.618)	(81.564)	(112.813)	(64.656)
Recargas.....	26.785	45.122	29.513	27.586	46.390	29.671
Despesas.....	(109.120)	(159.156)	(94.131)	(109.150)	(159.203)	(94.327)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	10.833	97.147	109.612	18.374	116.697	139.556
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20).....	76.015	51.733	(47.311)	72.348	38.386	(69.612)
Provisão para Imposto de Renda.....	10.752	(1.677)	(2.492)	8.601	(8.326)	(11.443)
Provisão para Contribuição Social.....	7.149	(586)	(1.700)	6.391	(3.769)	(7.881)
Ativo Fiscal Diferido (Nota 8.1.b).....	58.114	53.996	(43.119)	57.356	50.481	(50.288)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(17.519)	(27.480)	(8.898)	(20.281)	(30.936)	(11.998)
Administradores.....	(2.511)	(2.511)	-	(4.977)	(5.477)	(2.331)
Empregados.....	(15.008)	(24.969)	(8.898)	(15.304)	(25.459)	(9.667)
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	-	-	-	(1.112)	(2.747)	(4.543)
LUCRO LÍQUIDO	69.329	121.400	53.403	69.329	121.400	53.403
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	33.935	33.935	14.929	33.935	33.935	14.929
Número de Ações em Circulação.....	52.415.790	52.415.790	52.415.790	52.415.790	52.415.790	52.415.790
Lucro Líquido por Ação.....	RS 1,32267	RS 2,31610	RS 1,01883	RS 1,32267	RS 2,31610	RS 1,01883

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o 2º Semestre de 2019 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em R\$ mil

	Capital		Reservas de		Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
	Realizado	Aumento de Capital	Capital	Reavaliação Controladas	Legal	Estatutárias	Patrimonial			
SALDOS EM 01/01/2018	433.340	59.368	43.375	142	62.171	177.832	(9.938)	-	766.290	
Aumento de Capital - AGE 27/11/2017, Homologado pelo Banco Central do Brasil, em 17/08/2018.....	59.368	(59.368)	-	-	-	-	-	-	-	
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	-	-	(4.662)	-	(4.662)	
Realização de Reserva.....	-	-	(8)	-	-	-	-	8	-	
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	53.403	53.403	
Destinações:										
Reservas (Nota 13.2).....	-	-	-	-	2.670	35.812	-	(38.482)	-	
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 13.2).....	-	-	-	-	-	-	-	(14.929)	(14.929)	
SALDOS EM 31/12/2018	492.708	59.368	43.375	134	64.841	213.644	(14.600)	800.102	800.102	
Mutações do Exercício	59.368	(59.368)	-	(8)	2.670	35.812	(4.662)	38.112	38.112	
SALDOS EM 01/01/2019	492.708	-	43.375	134	64.841	213.644	(14.600)	800.102	800.102	
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	-	-	(68)	-	(68)	
Realização de Reserva.....	-	-	(8)	-	-	-	-	8	-	
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	121.400	121.400	
Destinações:										
Reservas (Nota 13.2).....	-	-	-	-	6.070	81.403	-	(87.473)	-	
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 13.2).....	-	-	-	-	-	-	-	(33.935)	(33.935)	
SALDOS EM 31/12/2019	492.708	-	43.375	126	70.911	295.047	(14.668)	887.499	887.499	
Mutações do Exercício	-	-	-	(8)	6.070	81.403	(68)	87.397	87.397	
SALDOS EM 01/07/2019	492.708	-	43.375	130	67.444	263.116	(16.520)	850.253	850.253	
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	-	-	1.852	-	1.852	
Realização de Reserva.....	-	-	(4)	-	-	-	-	4	-	
Lucro Líquido do Semestre.....	-	-	-	-	-	-	-	69.329	69.329	
Destinações:										
Reservas (Nota 13.2).....	-	-	-	-	3.467	31.931	-	(35.398)	-	
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 13.2).....	-	-	-	-	-	-	-	(33.935)	(33.935)	
SALDOS EM 31/12/2019	492.708	-	43.375	126	70.911	295.047	(14.668)	887.499	887.499	
Mutações do Semestre	-	-	-	(4)	3.467	31.931	1.852	37.246	37.246	

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Para o 2º Semestre de 2019 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em R\$ mil

	MB Múltiplo			MB Consolidado		
	Exercícios			Exercícios		
	2019	2019	2018	2019	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	10.833	97.147	109.612	18.374	116.697	139.556
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	10.833	97.147	109.612	18.374	116.697	139.556
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	374.474	695.773	719.477	398.996	746.761	776.143
Despesas de Juros e Variação Cambial de Dividas Subordinadas.....	52.623	70.270	140.947	52.623	70.270	140.947
Ajuste ao Mercado de Instrumentos Financeiros Derivativos e Hedge.....	(17.769)	(9.840)	(64.414)	(17.769)	(9.840)	(64.414)
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(1.778)	(1.866)	(9.073)	(1.778)	(1.866)	(9.073)
Despesas com Provisão Fiscal, Cíveis e Trabalhistas.....	74.533	112.115	67.221	78.850	119.820	70.356
Provisão (Reversão) para Garantias Financeiras Prestadas.....	(688)	(464)	426	(688)	(464)	426
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	178.641	402.455	527.512	183.442	413.891	544.722
Provisão para Perdas em Bens Não de Uso Próprio e Investimentos.....	46.603	49.986	42.033	46.600	49.983	42.015
Depreciações e Amortizações.....	25.136	47.720	37.882	25.215	47.877	38.023
Atualizações Monetárias Ativas.....	(2.135)	(4.384)	(8.834)	(2.653)	(5.650)	(10.794)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(15.509)	(31.419)	(33.552)	-	-	-
Perda de Ativo Intangível.....	49	496	70	49	496	108
Perda na Alienação de Bens e Investimentos.....	34.983	61.194	21.003	34.987	60.761	21.016
Resultado da Participação Minoritária nas Controladas.....	-	-	-	1.112	2.747	4.543
(Ganho) de Capital em Controlada.....	(215)	(490)	(2.243)	(994)	(1.264)	(2.242)
Outros.....	-	-	499	-	-	511
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	385.307	792.920	829.809	417.370	863.458	915.699
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	23.050	(170.524)	537.390	58.489	(153.728)	181.328
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(28.256)	(50.783)	8.232	(53.609)	(166.515)	(89.445)
Redução (Aumento) em Relações Interfinanceiras.....	(3.914)	43.263	(5.640)	(3.914)	43.263	(5.640)
Redução (Aumento) em Relações Interdependências.....	21.705	5.101	(1.742)	21.705	5.101	(1.742)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito.....	28.742	5.300	(637.182)	28.742	5.300	(637.182)
Redução (Aumento) em Outros Créditos.....	(18.523)	79.288	(108.644)	(18.523)	79.288	(108.644)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens.....	(38.163)	(30.577)	(26.891)	(38.163)	(30.577)	(26.891)
Aumento (Redução) em Depósitos.....	184.					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

5.1. Títulos e valores mobiliários

Descrição	MB – Múltiplo				MB – Consolidado			
	Custo		Mercado		Custo		Mercado	
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
Títulos / Vencimentos								
Títulos para Negociação								
Ativos	-	2.250	-	-	-	2.250	-	-
Indeterminado	-	2.250	-	-	-	2.250	-	-
Total	-	2.250	-	-	-	2.250	-	-
Títulos Disponíveis para Venda								
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	-	17.195	7.690	17.195	7.690
Indeterminado	-	-	-	-	17.195	7.690	17.195	7.690
Cotas de Fundos em Participações	-	-	-	-	5.914	7.616	5.914	7.616
Indeterminado	-	-	-	-	5.914	7.616	5.914	7.616
Cotas de Fundos de Participante de Neg. e Membro de Compensação								
De 5 a 10 anos	-	-	-	-	4.557	4.300	4.557	4.300
Cotas de Fundo Imobiliário	-	-	-	-	34.751	-	34.751	-
De 5 a 10 anos	-	-	-	-	34.751	-	34.751	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio								
De 181 dias a 1 ano	-	-	-	-	501	9.460	501	9.365
De 1 a 2 anos	-	-	-	-	131	1.856	131	1.837
De 2 a 3 anos	-	-	-	-	-	7.604	-	7.528
De 3 a 4 anos	-	-	-	-	370	-	370	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários								
De 61 a 90 dias	-	-	-	-	30.182	8.551	30.182	8.509
De 91 a 180 dias	-	-	-	-	-	179	-	178
De 181 dias a 1 ano	-	-	-	-	150	-	150	-
De 2 a 3 anos	-	-	-	-	577	465	577	463
De 4 a 5 anos	-	-	-	-	1.668	1.403	1.668	1.396
De 5 a 10 anos	-	-	-	-	9.040	1.667	9.040	1.659
Acima de 10 anos	-	-	-	-	3.725	4.837	3.725	4.813
	-	-	-	-	15.022	-	15.022	-
Letras Financeiras do Tesouro	1.013.035	1.004.059	1.013.381	1.004.433	1.113.625	1.073.819	1.113.973	1.074.190
De 31 a 60 dias	-	23.088	-	23.088	-	23.088	-	23.088
De 61 a 90 dias	201.030	-	201.025	-	216.734	-	216.730	-
De 181 dias a 1 ano	48.610	-	48.612	-	70.231	-	70.233	-
De 1 a 2 anos	106.326	226.003	106.347	225.971	159.323	270.830	159.343	270.797
De 2 a 3 anos	329.708	139.965	329.941	139.989	339.976	150.338	340.211	150.360
De 3 a 4 anos	-	306.150	-	306.458	-	320.710	-	321.018
De 4 a 5 anos	327.361	-	327.456	-	327.361	-	327.456	-
De 5 a 10 anos	-	308.853	-	308.927	-	308.853	-	308.927
Debêntures	4.084	40.262	4.084	38.499	37.014	40.262	37.014	38.499
De 61 a 90 dias	-	707	-	685	-	707	-	685
De 91 a 180 dias	6	-	6	-	2.373	-	2.373	-
De 181 dias a 1 ano	372	6.851	372	6.646	9.523	6.851	9.523	6.646
De 2 a 3 anos	1.018	24.381	1.018	23.582	21.176	24.381	21.176	23.582
De 3 a 4 anos	2.688	1.351	2.688	1.311	3.942	1.351	3.942	1.311
De 4 a 5 anos	-	6.972	-	6.275	-	6.972	-	6.275
Total	1.017.119	1.044.321	1.017.465	1.042.932	1.243.739	1.151.698	1.244.087	1.150.169
Mantidos até o Vencimento								
Debêntures	2.995	9.912	2.995	9.912	2.995	9.912	2.995	9.912
De 181 dias a 1 ano	499	-	499	-	499	-	499	-
De 1 a 2 anos	2.496	-	2.496	-	2.496	-	2.496	-
De 2 a 3 anos	-	9.912	-	9.912	-	9.912	-	9.912
Fundo de investimentos em direitos creditórios	-	-	-	-	3.309	4.239	3.309	4.239
De 5 a 10 anos	-	-	-	-	3.309	4.239	3.309	4.239
Total	2.995	9.912	2.995	9.912	6.304	14.151	6.304	14.151
Total geral	1.020.114	1.056.483	1.020.460	1.052.844	1.250.043	1.168.099	1.250.391	1.164.320
Total Contábil	-	-	-	-	-	-	-	-
Circulante	-	250.515	-	302.422	-	323.326	-	48.204
Não circulante	-	769.945	-	1.022.422	-	927.065	-	1.116.116

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais e os títulos privados são marcados a mercado pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando-se, respectivamente, as taxas de desconto divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3. Os títulos de renda variável são registrados com base na cotação média de negociação divulgada pela B3.

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

Os demais Títulos e Valores Mobiliários que não tenham parâmetro de mercado para precificação e tenham características de operações de crédito, tais como Debêntures, CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários e CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio, devem ter sua provisão para perdas esperadas constituídas em contas de resultado, em observância à política aplicável as operações de crédito, utilizando-se metodologia específica. Em 31/12/2019 referidos títulos registraram provisão no montante de R\$ 4.085 (R\$ 4.766 no consolidado).

Os títulos vinculados a garantias montam em R\$ 444.725 (R\$ 382.442 em dezembro de 2018) e no consolidado R\$ 515.208 (R\$ 388.451 em dezembro de 2018), representados por Letras Financeiras do Tesouro Nacional (vide nota nº 8.3. (I)).

Para fins de publicação, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação” são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01.

5.2. Instrumentos financeiros derivativos

A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições, haja vista a evolução e diversificação dos produtos utilizados no mercado financeiro globalizado.

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de *swap* e contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas.

Os principais fatores de risco dos instrumentos financeiros derivativos da Instituição estão relacionados com as oscilações do câmbio, de taxa de juros e os resultados obtidos atenderem adequadamente os objetivos de proteção patrimonial.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como “V@R” na paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de *stress*.

5.2.1. Composição dos instrumentos financeiros derivativos

A posição desses instrumentos financeiros tem seus valores referenciais registrados em contas de compensação.

Para obtenção do valor justo das operações, estima-se o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

Descrição	Conta de Compensação				Valor Patrimonial			
	Valor de Referência		Valor Justo		A receber		A pagar	
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
Contrato de Swap ⁽¹⁾								
Posição ativa	339.558	346.144	427.460	411.300	34.310	25.190	-	(260)
Moeda estrangeira - Dólar								
Posição passiva	339.558	346.144	393.149	386.370	34.310	25.190	-	(260)
Taxa de Juros								
Contrato de Futuro - Dólar ⁽²⁾								
Posição ativa	2.051	-	2.043	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira								
Posição passiva	13.194	8.727	13.274	8.727	-	-	-	-
Moeda estrangeira								
Contrato de Futuro - DI ⁽³⁾								
Posição passiva	1.689.488	984.455	1.689.118	984.455	-	-	-	-
Taxa de Juros								
Total					34.310	25.190	-	(260)
Circulante					34.310	4.050	-	(233)
Não circulante					-	21.140	-	(27)

⁽¹⁾ As operações de *swap* têm como objetivo a proteção contra as variações cambiais de parte das captações com Dívidas Subordinadas (vide nota nº 11.3.).

⁽²⁾ A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as demais exposições cambiais do Banco apuradas a valor de mercado diariamente e ajustadas na B3.

⁽³⁾ A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as exposições prefixadas do Banco.

Descrição	Mercado de Registro	Faixa de Vencimento			Valor Referencial
		De 01 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
		Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2018	
Contrato de Swap		11.926	327.632	-	339.558
Contrato de Futuro - Dólar	B3	15.245	-	-	15.245
Contrato de Futuro - DI		1.188.094	-	501.394	1.689.488
Total em 31/12/2019		1.215.265	327.632	501.394	2.044.291
Total em 31/12/2018		20.834	11.659	1.306.833	1.339.326

5.2.2. Ganhos e Perdas

Os instrumentos financeiros derivativos geraram ganhos e perdas, registrados diretamente no resultado na rubrica de “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”, os quais são apresentados a seguir:

Descrição	Dez / 2019			Dez / 2018		
	Ganho	Perda	Resultado Líquido	Ganho	Perda	Resultado Líquido
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2018
Contrato de Swap	31.572	(16.945)	14.627	87.969	(30.203)	57.766
Contrato de Futuro - Dólar	11.996	(11.514)	482	1.306	(765)	541
Contrato de Futuro - DI	35.631	(47.130)	(11.499)	1.787	(10.266)	(8.479)
Total	79.199	(75.589)	3.610	91.062	(41.234)	49.828

5.2.3. Contabilização de Hedge (Hedge Accounting)

O Mercantil do Brasil dispõe de operação de *hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de risco de mercado, em conformidade com o artigo 3º, inciso I, da Circular Bacen nº 3.082/02.

Para parte das captações no exterior e para parte da Carteira de Ativos o Banco realiza *hedge accounting*, visando eliminar a exposição ao risco de variação cambial e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas.

A efetividade das operações de *hedge accounting*, conforme Circular Bacen nº 3.082/02, são verificadas através da projeção tanto do passivo objeto quanto dos instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de *hedge accounting*, demonstrando a eficácia esperada para o vencimento das operações. A partir da contratação é realizada, diariamente, a verificação gerencial da efetividade, criando-se histórico de avaliação do comportamento da operação.

Dentro deste contexto, verifica-se que o efeito da variação cambial nas operações de *hedge accounting* é equivalente ao gerado nas operações *off* de *hedge*.

Objeto de Hedge	Valor Contábil		Ajuste a Valor Justo	
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
Captação Externa – Passivo	424.228	407.817	421.924	400.726
Carteira de Ativos	1.409.556	937.054	1.410.712	941.332
Total	1.833.784	1.344.871	1.832.636	1.342.058

Instrumento de Hedge	Valor de Referência		Valor Justo	
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
Contrato de Swap				
Posição ativa	339.558	346.144	427.460	411.300
Moeda estrangeira				
Posição passiva	339.558	346.144	393.149	386.370
Taxa de Juros				
Contrato de Futuro – DI				
Posição passiva	1.410.710	941.333	1.410.710	941.333
Taxa de Juros				

Não houve nenhuma reclassificação contábil em função de desenquadramento de operações de *hedge*.

5.3. Instrumento de Hedge não Derivativo

O Banco utiliza suas posições ativas representadas por operações de adiantamentos de contrato de câmbio (ACC) e investimentos no exterior (Patrimônio Líquido da Agência em Cayman) como *hedge* natural de uma parcela da captação externa, de modo a garantir adequada proteção contra risco cambial.

A utilização do *hedge* natural permite uma redução das posições de derivativos e, consequentemente, dos riscos envolvidos, dos custos operacionais e financeiros decorrentes da manutenção destas posições.

Nesta estrutura, os riscos são anulados dentro da própria estrutura patrimonial de ativos e passivos.

Tipo	Instrumentos Financeiros de Proteção não Derivativos - Hedge Natural	Natureza		Descrição		Dez / 2019		Dez / 2018	
		Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
		Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
Objeto de <i>hedge</i>	Passivo			Captação Externa	136.238		130.968		130.968
Total					136.238		130.968</		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Composição da carteira por segmento

Descrição	MB – Múltiplo				MB – Consolidado			
	Dez / 2019	%	Dez / 2018	%	Dez / 2019	%	Dez / 2018	%
Pessoa Física	3.406.175	73,84	3.581.740	68,74	3.627.149	74,49	3.945.552	69,80
Pessoa Jurídica	1.206.579	26,16	1.628.810	31,26	1.243.100	25,51	1.706.871	30,20
Construção civil	256.540	5,56	381.778	7,33	258.256	5,30	383.233	6,78
Transporte de passageiros, exceto aviação civil	123.978	2,69	135.985	2,61	137.866	2,83	155.412	2,75
Biocombustíveis e açúcar	116.580	2,53	151.111	2,90	116.580	2,39	151.111	2,67
Siderurgia	83.596	1,81	93.104	1,79	83.596	1,72	93.104	1,65
Prestação de serviços	80.963	1,76	116.472	2,24	81.000	1,66	116.527	2,06
Materiais de construção	62.394	1,35	67.961	1,30	62.394	1,28	67.961	1,20
Transporte de cargas e logística	35.781	0,78	50.726	0,97	36.187	0,74	51.658	0,91
Entretenimento, esporte e cultura	32.125	0,70	24.587	0,47	32.125	0,66	24.587	0,43
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionado	93.625	2,03	92.366	1,77	93.625	1,92	106.316	1,88
Soja	50.692	1,10	46.765	0,90	50.692	1,04	46.765	0,83
Outros	270.305	5,85	467.955	8,98	290.779	5,97	510.197	9,04
Total geral	4.612.754	100,00	5.210.550	100,00	4.870.249	100,00	5.652.423	100,00

d) Composição da carteira por produto

Produtos	Dez / 2019										Dez / 2018			
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%	
Crédito Pessoal INSS - Débito em Conta	-	1.100.881	28.875	19.033	15.263	19.654	14.755	15.140	92.967	1.306.568	26,83	1.259.075	24,16	
Crédito Consignado INSS	45	1.034.613	24.780	3.518	3.677	2.091	1.343	1.438	17.068	1.088.573	23,60	1.253.523	24,66	
Capital de Giro	125.174	67.278	59.626	63.354	66.808	27.717	28.161	27.009	53.888	519.015	11,25	659.883	12,06	
Crédito Rural	210.895	1.827	1.033	43.369	-	-	-	-	8.266	8.511	0,18	437.498	8,40	
Renegociação	-	-	-	-	67.493	85.018	29.852	31.839	100.044	314.246	6,81	465.936	8,94	
Cartão de Crédito Consignado	-	253.483	564	458	320	422	405	438	4.181	260.271	5,64	262.415	5,04	
Crédito Consignado Público	-	224.781	10.040	1.551	3.899	878	451	821	1.979	244.400	5,30	211.409	4,06	
Cheque Empresa	-	2.539	17.055	1.108	2.583	166	62	-	7.443	30.956	0,67	46.243	0,89	
Cheque Especial	82	38.734	2.407	1.476	1.408	1.349	1.546	1.620	11.897	60.519	1,31	94.554	1,81	
Conta Garantida	8.411	14.425	5.836	7.682	5.855	1.114	306	-	65	43.694	0,90	73.811	1,42	
Câmbio	18.656	-	-	-	-	-	-	-	64.549	-	-	83.205	1,80	
Crédito Imobiliário	42.054	1.442	43.425	-	-	-	-	-	-	86.921	1,88	109.705	2,11	
Cartão de Crédito	1.328	58.677	2.766	820	757	288	268	285	2.075	67.264	1,46	69.812	1,34	
Crédito Pessoal	133.996	14.141	29.686	1.424	1.354	2.363	60	52	3.214	186.290	3,83	117.645	2,25	
Outros	2.794	10.990	7.976	600	672	135	16.605	2	3.938	43.712	0,95	54.139	1,04	
Total geral	543.435	2.823.811	234.609	144.393	170.089	141.195	97.033	151.459	307.270	4.612.754	100,00	5.210.550	100,00	

MB – Consolidado

Produtos	Dez / 2019										Dez / 2018			
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%	
Crédito Consignado INSS - Débito em Conta	-	1.100.881	28.875	19.033	15.263	19.654	14.755	15.140	92.967	1.306.568	26,83	1.259.075	22,27	
Crédito Pessoal INSS	45	1.119.664	33.427	4.749	4.460	2.783	1.825	1.917	21.611	1.190.481	24,44	1.511.902	26,75	
Capital de Giro	125.174	98.761	59.626	63.354	67.339	27.717	28.161	27.009	53.888	551.027	11,31	730.965	12,93	
Crédito Consignado Público	-	325.674	19.041	2.110	5.566	1.258	600	924	3.355	358.528	7,36	309.019	5,47	
Renegociação	-	-	-	-	67.507	85.046	29.870	31.864	100.246	314.533	6,46	466.653	8,26	
Crédito Rural	210.895	1.827	1.033	43.369	-	-	-	-	8.266	8.511	0,18	437.498	7,74	
Cartão de Crédito Consignado	-	253.483	564	458	320	422	405	438	4.181	260.271	5,34	262.415	4,64	
Cheque Empresa	-	2.539	17.055	1.108	2.583	166	62	-	7.443	30.956	0,64	46.243	0,82	
Cheque Especial	82	38.734	2.407	1.476	1.408	1.349	1.546	1.620	11.897	60.519	1,24	94.554	1,67	
Conta Garantida	8.411	14.425	5.836	7.682	5.855	1.114	306	-	65	43.694	0,90	73.811	1,31	
Câmbio	18.656	-	-	-	-	-	-	-	64.549	-	-	83.205	1,68	
Crédito Imobiliário	42.054	1.442	43.425	-	-	-	-	-	-	86.921	1,78	109.705	1,94	
Cartão de Crédito	1.328	58.677	2.766	820	757	288	268	285	2.075	67.264	1,38	69.812	1,24	
Crédito Pessoal	133.996	14.141	29.686	1.424	1.354	2.363	60	52	3.214	186.290	3,83	117.645	2,08	
Financiamento Veículos - CDC	-	2.804	1.501	3.148	95	-	-	-	1.735	9.283	0,19	14.084	0,25	
Outros	2.671	10.991	7.977	599	672	138	16.605	3	3.933	43.889	0,90	54.140	0,95	
Total geral	543.310	3.044.043	253.219	149.330	173.179	142.998	97.682	152.067	315.121	4.870.249	100,00	5.652.423	100,00	

Os créditos rurais são compostos, principalmente, por operações securitizadas, indexadas ao IGP-M, que rendem juros médios ponderados de 0,58% ao ano e representam 4,44% do total da carteira de operação de crédito, (MB Consolidado 4,21%), sendo o valor do principal de R\$ 204.678 e dos juros de R\$ 345, totalizando R\$ 205.023 em dezembro de 2019. Em dezembro de 2018, o valor do principal era R\$ 292.328 e dos juros de R\$ 929, totalizando R\$ 293.257.

7.4. Cessões de créditos

A Resolução CMN nº 3.533/08, com modificações posteriores, estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferências de ativos financeiros.

As operações de cessão de créditos na modalidade de operações com retenção substancial dos riscos e benefícios configuram-se pela prestação de coobrigação aoscessionários. Nesta modalidade, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são apropriadas no resultado pelo prazo remanescente das respectivas operações.

O Banco possui saldo de operações de crédito cedidas na modalidade com retenção substancial dos riscos e benefícios (Operações cedidas com coobrigação), conforme abaixo. Nessas operações, o Banco está exposto ao risco de crédito, de mercado e operacional, que são adequadamente monitorados e mitigados de conformidade com as normas em vigor (vide nota nº 2.2), e retém como benefícios econômicos as receitas apuradas nas operações de cessão de crédito.

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
Saldo das operações cedidas com coobrigação – a valor presente	18.067	43.520	24.051	58.352
Circulante	13.936	25.367	19.676	34.787
Não circulante	4.131	18.153	4.375	23.565
Saldo das obrigações assumidas – a valor presente	19.234	47.551	25.574	63.857
Circulante	14.634	26.570	20.699	29.633
Não circulante	4.600	20.981	4.875	34.224

No exercício, o Banco apurou receitas com operações de venda ou transferência de operações de crédito, decorrentes de operações cedidas sem retenção de risco, no montante de R\$ 193.332 (R\$ 60.338 em dezembro de 2018) e no consolidado no valor de R\$ 215.575 (R\$ 93.129 em dezembro de 2018), em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, para o montante cedido de R\$ 660.048 (R\$ 261.918 em dezembro de 2018) e R\$ 745.360 (R\$ 443.818 em dezembro de 2018), no consolidado, a valor presente.

No exercício, as despesas com as operações de venda ou de transferências de ativos financeiros decorrem, basicamente, das obrigações assumidas em função do prazo remanescente das operações cedidas com retenção de risco, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, no montante de R\$ 5.222 (R\$ 12.710 em dezembro de 2018) e no consolidado no valor de R\$ 9.386 (R\$ 18.577 em dezembro de 2018).

8. OUTROS CRÉDITOS

8.1. Créditos tributários

a) Composição dos créditos tributários:

Descrição	MB – Múltiplo			MB – Consolidado		
	Dez / 2019	Dez / 2018	%	Dez / 2019	Dez / 2018	%
Imposto de Renda	1.241.429	1.240.619	1.293.883	1.303.233		
Base de Cálculo	51.920	58.838	71.304	84.377		
Prejuízo fiscal	1.189.509	1.181.781	1.222.579	1.218.856		
Total do efeito do IR	310.357	310.155	323.471	325.808		
Contribuição Social	1.249.431	1.246.123	1.303.866	1.310.192		
Base de Cálculo	-	-	2.875	3.111		
Diferenças temporárias à alíquota de 9%	94.313	1.181.781	119.700	1.215.745		
Diferenças temporárias à alíquota de 15%	1.095.196	-	1.100.004	-		
Base negativa à alíquota de 15%	-	64.342	-	91.336		
Base negativa à alíquota de 20%	59.922	-	63.125	-		
Efeito da CSL	245.171	186.918	253.564	196.342		
Efeito MP nº 1.807/99, atual 2.158-35/01	5.579	6.043	6.665	7.188		
Total do efeito da CSL	250.750	192.961	260.229	203.530		
Total	561.107	503.116	583.700	529.338		
Circulante	203.561	181.407	209.496	190.889		
Não circulante	357.546	321.709	374.204	338.449		

b) Movimentação dos créditos tributários:

Crédito Tributário	MB – Múltiplo			MB – Consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal / Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ^(a)	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal / Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ^(a)
Imposto de Renda	295.445	14.710	-	304.712	21.096	-
Saldos em 31/12/2018	195.890	-	-	201.190	-	-
Constituição	(195.759)	(1.730)	-	(202.026)	(3.268)	-
Realização	131	(1.730)	-	(836)	(3.268)	-
Efeito líquido no resultado	1.801	-	-	1.767	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2019	297.377	12.980	-	305.643	17.828	-
Contribuição Social	177.267	9.651	6.043	182.642	13.700	7.188
Saldos em 31/12/2018	170.575	2.996	-	174.026	4.064	-
Constituição	(117.313)	(663)	(464)	(121.090)	(2.415)	(523)
Realização	53.262	2.333	-	52.936	1.649	-
Efeito líquido no resultado	2.658	-	-	2.637	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2019	233.187	11.984	5.579	238.215		

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. - SEDE BELO HORIZONTE / MG - COMPANHIA ABERTA - CNPJ: 17.184.037/0001-10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.3. Intangível

Movimentação dos itens do intangível, líquido da amortização:

Descrição	Dez / 2018	Adições	Transferências		Baixas	Dez / 2019
			Entradas	Saídas		
Software	123.447	28.513	11.181	(11.181)	(12.335)	139.925
Intangíveis em uso	116.749	14.224	9.439	(1.742)	(12.146)	126.222
Intangíveis em desenvolvimento	7.300	14.289	1.742	(9.439)	(189)	13.703
(-) Amortização	(76.307)	(18.860)	-	-	11.838	(83.329)
Total	47.440	9.653	11.181	(11.181)	(497)	56.596

Descrição	Dez / 2018	Adições	Transferências		Baixas	Dez / 2019
			Entradas	Saídas		
Software	124.096	28.513	11.181	(11.181)	(12.335)	140.274
Intangíveis em uso	116.749	14.224	9.439	(1.742)	(12.146)	126.524
Intangíveis em desenvolvimento	7.347	14.289	1.742	(9.439)	(189)	13.750
(-) Amortização	(76.595)	(18.876)	-	-	11.838	(83.633)
Total	47.501	9.637	11.181	(11.181)	(497)	56.641

11. CAPTAÇÕES

11.1. Depósitos

Descrição	Depósitos				Total	
	À Vista	Poupança	Interfinanceiros	A Prazo	Dez / 2019	Dez / 2018
Indeterminado	314.425	200.773	-	1.188	516.386	473.266
Até 30 dias	-	-	-	68.689	68.689	31.113
De 31 a 60 dias	-	-	-	111.040	111.040	63.779
De 61 a 90 dias	-	-	-	80.476	80.476	44.036
De 91 a 180 dias	-	-	-	284.645	284.645	296.271
De 181 a 360 dias	-	-	54.936	627.497	682.433	595.992
Acima de 360 dias	-	-	1.083	4.893.468	4.894.551	5.078.547
Total	314.425	200.773	56.019	6.067.003	6.638.220	6.583.004
Circulante	314.425	200.773	54.936	1.173.535	1.743.669	1.504.457
Não circulante	-	-	1.083	4.893.468	4.894.551	5.078.547

Descrição	Depósitos				Total	
	À Vista	Poupança	Interfinanceiros	A Prazo	Dez / 2019	Dez / 2018
Indeterminado	312.972	200.773	-	1.188	514.933	469.862
Até 30 dias	-	-	-	95.164	95.164	26.460
De 31 a 60 dias	-	-	-	112.153	112.153	64.886
De 61 a 90 dias	-	-	-	85.493	85.493	40.281
De 91 a 180 dias	-	-	-	286.717	286.717	318.152
De 181 a 360 dias	-	-	54.936	693.886	748.822	581.650
Acima de 360 dias	-	-	1.083	4.865.265	4.865.265	5.186.244
Total	312.972	200.773	54.936	6.139.866	6.708.547	6.687.535
Circulante	312.972	200.773	54.936	1.274.601	1.843.282	1.501.291
Não circulante	-	-	-	4.865.265	4.865.265	5.186.244

11.2. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Recursos de letras do agronegócio, imobiliárias, de crédito e similares

Descrição	Letras de Crédito			Total	
	Agronegócio	Imobiliário	Financeiras	Dez / 2019	Dez / 2018
Até 30 dias	-	-	276	276	5.820
De 31 a 60 dias	12.987	286	-	13.273	19.468
De 61 a 90 dias	6.438	274	1.541	8.253	11.411
De 91 a 180 dias	47.553	136	2.401	50.090	114.182
De 181 a 360 dias	75.163	3.471	12.523	91.157	56.863
Acima de 360 dias	-	-	-	833	20.458
Total	142.141	4.167	17.574	163.882	228.202
Circulante	142.141	4.167	16.741	163.049	207.744
Não circulante	-	-	833	833	20.458

Descrição	Letras de Crédito			Total	
	Agronegócio	Imobiliário	Financeiras	Dez / 2019	Dez / 2018
Até 30 dias	84	-	276	360	5.820
De 31 a 60 dias	12.987	424	-	13.411	19.751
De 61 a 90 dias	6.438	274	1.541	8.253	11.411
De 91 a 180 dias	47.553	513	2.401	50.467	122.800
De 181 a 360 dias	75.163	3.925	12.523	91.611	57.718
Acima de 360 dias	-	-	-	833	21.435
Total	142.225	5.136	17.574	164.935	238.215
Circulante	142.225	5.136	16.741	164.102	216.780
Não circulante	-	-	833	833	21.435

11.3. Outras obrigações – Dívidas Subordinadas

No individual e consolidado são compostas como segue:

Papel	Trimestre / Ano		Valor da Operação	Remuneração	Saldo em US\$ mil		Saldo em R\$ mil	
	Emissão	Vencimento			Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
Dívida Subordinada	3º / 2010	3º / 2020	US\$ 250.000	9,63% a.a	140.875	139.616	567.739	540.901
Total					140.875	139.616	567.739	540.901
Circulante					140.875	6.906	567.739	26.757
Não circulante					-	132.710	-	514.144

Em julho de 2010, o Banco emitiu *tranche do Tier II*, no montante de US\$ 250.000, cuja aprovação como dívida subordinada foi homologada pelo Bacen em setembro de 2010, passando a integrar o nível II do Patrimônio de Referência, contemplado na apuração do índice da Basileia (vide nota nº 14). Em 2015, o saldo de principal dos títulos no exterior foi reduzido de US\$ 250.000 para US\$ 155.383 devido a recompras realizadas que levaram em consideração a existência de excesso de margem não utilizada da referida emissão externa para fins de enquadramento de limites operacionais, as condições vantajosas para recompra dos títulos e os objetivos estratégicos da Instituição. Em outubro de 2018, o Banco, após autorização do Banco Central do Brasil, lançou nova oferta de recompra parcial de referidos títulos, que alcançou o montante de até US\$ 20.843, em conformidade com os objetivos estratégicos da Instituição e com observância das normas que regem o assunto. Após a recompra, o saldo de principal dos títulos no exterior foi reduzido para US\$ 134.540, em novembro de 2018. Referido saldo é objeto de *hedge accounting*, conforme nota nº 5.2. Maiores informações no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

A dívida subordinada, com vencimento no 3º trimestre de 2020, passou a apresentar prazo de vencimento inferior a um ano e, portanto, deixou de ser utilizada na composição do nível II do Patrimônio de Referência, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/2013.

11.4. Outras obrigações – Instrumentos de dívida elegíveis a capital

Papel	Trimestre / Ano		Valor da Operação	Dez / 2019	Dez / 2018
	Emissão	Vencimento			
Letra Financeira Subordinada - Nível II ⁽¹⁾	3º / 2016	3º / 2023	30.293	30.817	30.935
	3º / 2016	4º / 2023	7.258	7.363	7.388
	4º / 2016	4º / 2023	50.837	51.979	51.922
	1º / 2017	1º / 2024	16.883	18.288	19.630
	1º / 2017	2º / 2024	300	304	305
	2º / 2017	2º / 2024	21.417	22.095	23.049
	2º / 2017	3º / 2024	2.100	2.260	2.353
	3º / 2017	3º / 2024	6.690	6.839	7.314
	3º / 2017	4º / 2024	6.775	6.875	6.899
	4º / 2017	4º / 2024	61.447	64.417	64.780
	4º / 2017	1º / 2025	600	657	635
	1º / 2018	1º / 2025	12.522	13.646	13.130
	1º / 2018	2º / 2025	800	910	847
	2º / 2018	2º / 2025	16.202	17.726	16.818
	2º / 2018	3º / 2025	2.980	3.286	3.102
	3º / 2018	3º / 2025	20.795	22.103	21.367
	4º / 2018	4º / 2025	15.073	16.214	15.242
	1º / 2019	1º / 2026	8.510	8.884	-
	2º / 2019	2º / 2026	17.329	17.852	-
	3º / 2019	3º / 2026	19.427	19.900	-
	4º / 2019	4º / 2026	11.810	11.915	-
	2º / 2018	Perpétua	300	346	317
	4º / 2018	Perpétua	4.000	4.360	4.009
	1º / 2019	Perpétua	5.381	5.564	-
2º / 2019	Perpétua	400	424	-	
2º / 2019	Perpétua	7.000	7.080	-	
3º / 2019	Perpétua	1.253	1.278	-	
3º / 2019	Perpétua	7.900	8.187	-	
4º / 2019	Perpétua	600	610	-	
4º / 2019	Perpétua	3.116	3.142	-	
Total			375.321	290.042	
Circulante			5.775	8.142	
Não circulante			369.546	281.900	

⁽¹⁾ Letra Financeira Subordinada - Nível II - emissão indexada entre 120% a 130% da taxa CDI.
⁽²⁾ Letra Financeira Subordinada - Capital Complementar - emissão indexada entre 140% a 150% da taxa CDI.
 O total da Letra Financeira Subordinada - Nível II, homologado ao nível II do Patrimônio de Referência nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, monta em R\$ 311.581 (R\$ 283.206 em dezembro de 2018).

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

12.1. Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados

Refere-se a tributos federais, estaduais e municipais a pagar no montante de R\$ 2.222 (R\$ 3.268 em dezembro de 2018) no individual e R\$ 2.223 (R\$ 3.314 em dezembro de 2018) no consolidado.

12.2. Sociais e estatutárias

Refere-se, basicamente, à participação nos lucros a pagar dos empregados e administradores e aos juros sobre capital próprio a pagar, referentes aos exercícios de 2019 e 2018.

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	-	116	2.744
Outros impostos e contribuições a recolher	29.409	25.939	33.232	28.987
Provisão para imposto de renda diferido	781	3.189	3.021	3.201
Total	30.190	29.128	36.369	34.932
Circulante	30.190	29.128	36.357	34.920
Não circulante	-	-	12	-

12.4. Provisão e passivos contingentes

a) Provisão para outros passivos

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
Provisões para riscos fiscais	93.000	91.772	127.234	124.985
Provisões para processos trabalhistas	149.832	119.551	153.975	122.670
Provisões para processos cíveis	29.448	27.799	37.615	35.021
Outras	216	324	216	324
Total – Não circulante	272.496	239.446	319.040	283.000

As provisões trabalhistas e cíveis são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos, cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação das contingências. Em síntese, os referidos estudos apuram os percentuais de perda dos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas, que são aplicados nas causas vigentes. Adicionalmente, nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica. As provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis não são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

No caso das provisões para riscos fiscais (obrigações legais), o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

A Administração acompanha regularmente o andamento das obrigações legais referentes aos processos em revisão das respectivas provisões, incluindo os classificados como de risco por provável perda dos consultores jurídicos externos. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das provisões e fiscais, inclusive para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial. Estas provisões são compostas como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
COFINS ⁽¹⁾	8.959	8.732	23.845	22.963
CSL ⁽²⁾	-	-	14.107	13.865
INSS ⁽³⁾	59.213	60.676	63.020	64.390
PIS ⁽⁴⁾	7.403	7.299	8.600	8.472
ISS ⁽⁵⁾	17.281	14.927	17.281	14.927
Outros	144	138	381	368
Total – Não circulante	93.000	91.772	127.234	124.985

⁽¹⁾ Referem-se ao questionamento da majoração da alíquota de 3,00% para 4,00% e da majoração da base de cálculo.
⁽²⁾ Referem-se, basicamente, ao questionamento da majoração da alíquota de CSL, instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.
⁽³⁾ Referem-se a questionamento judicial da majoração da alíquota do SAT (Decreto nº 6.042/07), majoração do SAT/RAT pelo índice do FAP, majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores (Lei nº 9.876/99) e outros.
⁽⁴⁾ Referem-se, basicamente, ao questionamento da majoração da base de cálculo do PIS, instituída pela Emenda Constitucional nº 01/94, posteriormente substituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.
⁽⁵⁾ Referem-se, basicamente, a questionamentos judiciais provenientes de autos de infração e de demandas judiciais relativo ao ISS. A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas a prestação de serviços.

b) Movimentação da provisão para outros passivos

Descrição	MB – Múltiplo			MB – Consolidado		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas / Transações	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
Dividendos / JCP a pagar	8.015	9.766	-	-
Banco Mercantil de Investimentos S.A. (a)	458	594	-	-
Mercantil do Brasil Financeira S.A. (b)	3.456	5.044	-	-
Resolva Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A. (c)	4.101	2.695	-	-
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. (d)	-	54	-	-
Outros (e)	-	1.379	-	-
Outras obrigações	(1.111)	(323)	(187)	(153)
Mercantil do Brasil Corretora S.A. (a)	-	-	(16)	(25)
Mercantil do Brasil Financeira S.A. (b)	(419)	-	-	-
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. (c)	(5)	-	(60)	-
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. (d)	(6)	(6)	(77)	(111)
Outros (e)	(681)	(317)	(34)	(17)

(a) Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

(b) Controladores, pessoal chave da administração.

15.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego
O Banco implantou, desde 2012, Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

No exercício de 2019, a remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 15/04/2019, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 25.334.

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração e da Diretoria correspondentes a R\$ 17.221 (R\$ 16.229 em dezembro de 2018) e no consolidado no valor de R\$ 28.761 (R\$ 26.614 em dezembro de 2018).

Até 31 de dezembro de 2019, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações
Até 31 de dezembro de 2019, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11 para os administradores.

Benefícios de rescisão do contrato de trabalho
A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

15.3. Outras informações
Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/2018.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco, juntamente com outras empresas controladas, é Patrocinador da CAVA – Caixa de Assistência “Vicente de Araújo” do Grupo Mercantil do Brasil, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída em 3 de maio de 1958. Tem por finalidade a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada) e a prestação de serviços de caráter social aos participantes e seus beneficiários. As Patrocinadoras respondem em percentual não inferior a 30,00% do custo total do plano de benefícios e serviços. Os benefícios complementares concedidos aos participantes do plano são: Auxílio-Aposentadoria; Auxílio Natalidade; Auxílio Educacional; Auxílio-Doença; Auxílio-Funeral e Pecúlio por morte.

Em 31 de dezembro de 2019, o grupo patrocinador mantinha 20 (20 em dezembro de 2018) participantes ativos com direito a suplementação de aposentadoria e 542 (554 em dezembro de 2018) participantes assistidos em benefício de aposentadoria.

As contribuições no exercício corresponderam a R\$ 1.866 (R\$ 1.231 em dezembro de 2018); MB Consolidado R\$ 1.872 (R\$ 1.237 em dezembro de 2018).

Como premissas atuariais adotadas para a avaliação do Plano tem-se as Premissas Biométricas: Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000; Tábua de Entrada em Invalidez: IAPB-57; e Tábua de Mortalidade de Invalídios: IAPB-57. Tem-se também as Premissas Financeiras: Taxa Real de Desconto para Determinação da Obrigação Atuarial: 3,4662% a.a.; Inflação Anual Futura Estimada: 3,73% a.a.; Taxa Nominal de Desconto para Determinar a Receita (Custo) do Plano: 1,9461% a.a.; e Taxa de Crescimento de Salários: 2,00% a.a.

Os resultados atuariais são divulgados de acordo com o parecer do Atuário Independente, de dezembro de 2019, elaborado com base nas demonstrações financeiras até novembro de 2019, na Deliberação CVM nº 695/12 e no Convênio de Adesão firmado entre as Patrocinadoras e a CAVA, o Banco Mercantil do Brasil S.A. – Patrocinador Líder. O quadro a seguir apresenta o valor líquido de ativo x passivo e representa o déficit ou superávit do plano de benefício definido.

Descrição	Dez / 2019	Dez / 2018
Obrigação de benefício definido	(46.782)	(41.012)
Valor justo do ativo do plano	14.129	14.557
Déficit Líquido	(32.653)	(26.455)

Os ganhos e perdas atuariais decorrente das remensurações do valor líquido de ativos/passivos de benefício definido são reconhecidos na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido nos termos da Resolução CMN nº 4.424/15, cujo saldo monta em R\$ 17.346 (R\$ 13.764 em 31 dezembro de 2018).

Reconciliação do valor justo dos ativos do plano		
Saldo em 31/12/2018		14.557
Juros sobre o valor justo do ativo		1.263
Fluxos de caixa		(3.761)
Benefício pago pelo plano		(3.636)
Despesa administrativa paga pelo ativo do plano		(125)
Redimensionamento do valor justo do ativo do plano		2.070
Rendimento do valor justo do ativo do plano		2.070
Saldo em 31/12/2019		14.129

Reconciliação da obrigação de benefício definido		
Saldo em 31/12/2018		(41.012)
Custo do serviço		(1)
Custo do serviço corrente bruto		(1)
Custo dos juros		(3.559)
Fluxos de caixa		3.636
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos		3.636
Redimensionamento da obrigação		(5.846)
Efeito da alteração de premissas financeiras		(6.652)
Efeito da experiência do plano		806
Saldo em 31/12/2019		(46.782)

Análise de Sensibilidade para cada premissa atuarial significativa:

	Taxa real de desconto
1. Taxa real de desconto -1,0%	50.776
Premissa da análise	1.745
2. Taxa real de desconto +1,0%	43.316
Premissa da análise	3.745
Tábua Geral de Mortalidade	
1. Tábua de mortalidade suavizada em 15,0%	50.105
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	25.62
2. Tábua de mortalidade agravada em 15,0%	43.986
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	22.89

No que tange à exposição a riscos ligados ao Plano de Benefício Definido, os principais riscos que o Banco está exposto são: a) de inflação - a maioria dos benefícios são vinculados a índices de inflação, sendo que um aumento da inflação poderá levar a obrigações mais elevadas; b) de expectativa de vida - o plano proporciona benefícios assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada). Assim, um eventual aumento da expectativa de vida dos beneficiários do plano poderá levar a um aumento dos passivos do plano; c) de volatilidade dos ativos do plano - poderá haver um déficit atuarial, caso haja um decréscimo entre o rendimento real dos investimentos do plano e o rendimento esperado, tendo em vista que o passivo atuarial é calculado com base em taxa de desconto definida com base no rendimento de títulos públicos.

17. RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

17.1. Rendas de operações de crédito

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
Rendas de empréstimos e títulos descontados	1.688.234	1.742.814	1.759.100	1.873.994
Rendas de financiamentos	9.778	18.952	12.791	23.939
Rendas de financiamentos rurais	22.062	36.066	22.062	36.066
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	87.608	90.114	90.942	94.702
Total	1.807.682	1.887.946	1.884.895	2.028.701

17.2. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
Depósitos	339.462	355.816	345.909	362.672
Despesas de letras imobiliárias, do agronegócio e financeiras	34.647	40.285	35.156	41.269
Operações compromissadas	12.133	12.139	8.818	9.924
Dívidas subordinadas (a)	82.572	141.164	82.572	141.164
Outras	8.752	9.679	9.216	10.182
Total	477.566	559.083	481.671	565.211

(a) As variações da receita/despesa de dívida subordinada decorrem, basicamente, da variação cambial ocorrida no período.

18. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

18.1. Receitas de prestação de serviços

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
Administração de fundos de investimentos	-	-	1.980	1.426
Cartão de crédito	6.916	6.827	6.916	6.827
Cobrança	6.626	8.190	6.626	8.190
Custódia	19	39	542	471
Garantias prestadas	2.217	2.508	2.218	2.508
Outros serviços	7.086	8.515	7.099	8.527
Rendas de serviços prestados a ligadas	5.825	6.362	-	-
Comissão de seguro	9	20	28.198	20.834
Serviços de arrecadação	2.678	2.103	2.679	2.103
Serviços prestados	4.272	2.659	7.674	6.613
Tarifas bancárias – conta corrente	208.231	216.206	208.244	216.243
Total	243.879	253.429	272.176	273.742

18.2. Despesas de pessoal

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
Remuneração dos administradores e conselho fiscal (vide nota nº 15.2.)	20.182	16.821	32.222	27.467
Proventos de funcionários	192.448	185.071	198.258	191.293
Benefícios	76.699	68.280	77.948	69.373
Encargos sociais	78.510	72.017	83.899	76.267
Indenizações	41.166	23.224	41.401	23.293
Contingências	30.865	15.548	32.502	15.944
Total	439.870	380.961	466.230	403.637

18.3. Outras despesas administrativas

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
Água, energia e gás	11.950	9.815	11.964	9.818
Aluguéis	66.797	62.364	66.747	62.253
Amortização e depreciação	47.720	37.882	47.877	38.023
Arrendamento de bens	8.970	9.738	8.970	9.738
Comunicações	12.987	12.201	13.008	12.228
Materiais, manutenção e conservação de bens	23.747	21.084	23.756	21.090
Processamento de dados	69.505	63.012	73.723	68.783
Propaganda e publicidade	5.225	7.233	5.385	7.444
Publicações	1.030	1.079	2.108	2.228
Serviços de terceiros	183.254	162.018	189.612	172.196
Comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios de operações de crédito	53.880	33.029	69.820	73.832
Serviços do sistema financeiro	11.763	14.171	11.926	14.557
Transportes	29.365	23.699	29.412	23.756
Outras	43.092	30.237	46.778	33.196
Total	569.285	487.562	601.070	549.142

18.4. Despesas tributárias

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
ISSQN	13.089	12.793	14.120	13.710
COFINS	75.952	71.373	81.266	78.598
PIS	12.342	11.598	13.254	12.842
Outros tributos	9.162	6.864	9.547	7.337
Total	110.545	102.628	118.187	112.487

18.5. Variações monetárias ativas

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
PIS / COFINS	188	205	569	683
Contribuição Social / Imposto de Renda	141	166	322	978
INSS	-	-	72	136
Precatórios a receber	607	1.525	781	1.525
Atualização de depósitos judiciais	3.407	6.858	3.734	7.262
Outros	41	80	172	210
Total	4.384	8.834	5.650	10.794

18.6. Outras receitas

Referem-se, substancialmente, a outras rendas de cessão de crédito, ressarcimento de custos de portabilidade decorrente de operações de créditos transferidas para outras instituições financeiras, e remuneração adicional referente a contrato de distribuição de seguros.

18.7. Descontos concedidos

Referem-se, basicamente, aos descontos concedidos em operações de crédito renegociadas e em recuperação judicial.

18.8. Despesas de caráter eventual

Referem-se, basicamente, aos acordos para encerramento de processos civis e perda com cancelamento de operações de créditos consignados.

18.9. Outras despesas

Referem-se, substancialmente, a despesas incorridas, no individual e consolidado, decorrentes do direito de pagamento de benefícios previdenciários realizados aos aposentados e pensionistas no montante de R\$ 149.051 (R\$ 125.086 em dezembro de 2018), despesas compensatórias sobre repasses de recursos para pagamentos de benefícios do INSS no montante de R\$ 8.928 (R\$ 7.270 em dezembro de 2018); eventuais gastos de recebimento de operações de crédito consignado no montante de R\$ 5.519 (R\$ 10.517 em dezembro de 2018) no individual e R\$ 5.988 (R\$ 11.747 em dezembro de 2018) no consolidado e despesas de portabilidade decorrentes de operações de crédito recebidas de outras instituições financeiras no montante de R\$ 1.876 (R\$ 7.723 em dezembro de 2018).

19. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
Lucro / (Prejuízo) na alienação de valores e bens (a)	(61.194)	(21.003)	(60.749)	(21.016)
Dessvalorização de outros valores e bens (vide nota nº 9.1.)	(49.866)	(42.033)	(49.984)	(42.015)
Outras	(2.854)	(1.582)	(2.080)	(1.625)
Total	(114.034)	(64.618)	(112.813)	(64.656)

(a) Refere-se aos bens recebidos em doação em pagamento.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2019	Dez / 2018	Dez / 2019	Dez / 2018
Resultado antes dos impostos e participações estatutárias	97.147	109.612	116.697	139.556
(-) Exclusão do lucro de empresa tributada pelo lucro presumido	-	-	(12.821)	(13.486)
(-) Participações dos administradores e empregados no lucro	(27.480)	(8.898)	(30.936)	(11.998)
Base de cálculo	69.667	100.714	72.940	114.072
Alíquota nominal	40%	45%	40%	45%
Receita / (Despesa) nominal	(27.867)	(45.321)	(29.176)	(51.332)
Ajustes à despesa nominal referentes:	78.866	(2.510)	70.974	(15.998)
Efeito de dedução de juros sobre o capital próprio	13.574	6.718	16.024	10.446
Resultado de participações em coligadas e controladas	12.568	12.114</		

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. - SEDE BELO HORIZONTE / MG - COMPANHIA ABERTA - CNPJ: 17.184.037/0001-10

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Maurício de Faria Araújo - Presidente Luiz Henrique Andrade de Araújo - Vice-Presidente Marco Antônio Andrade de Araújo - Secretário André Luiz Figueiredo Brasil Clarissa Nogueira de Araújo Euler Luiz de Oliveira Penido Glaydson Ferreira Cardoso Márcio Lopes Costa Virgílio Horácio de Paiva Abreu	DIRETOR PRESIDENTE Luiz Henrique Andrade de Araújo VICE-PRESIDENTES José Ribeiro Vianna Neto Maurício de Faria Araújo Paulo Henrique Brant de Araújo Renato Augusto de Araújo VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO Marco Antônio Andrade de Araújo	DIRETORIA DIRETORES EXECUTIVOS Ângela Mourão Cançado Juste Gustavo Henrique Diniz de Araújo Lauro Wilson da Silva Leonardo Ferreira Antunes Rodrigo Alexander Pizzani Queiroz Taise Christine da Cruz Uelquesneurian Ribeiro de Almeida Valci Braga Rezende	DIRETORES Alceu Demartini de Albuquerque André Gustavo Pereira DelleDono Humberto Pereira de Almeida Mariana Machado de Araújo de Souza Lima Simone Maria Ferreira Filgueiras Dutra Wagner Ricco	CONSELHO FISCAL Afrânio Eustáquio Ribeiro Delson de Miranda Tolentino Marcos Paixão de Araújo Waldemar Victor de Miranda Yehuda Waisberg	COMITÊ DE AUDITORIA Edson Eustáquio de Oliveira Penido Sebastião Salvador Gamarano Wellington Inácio	CONTADOR Anderson Guedes Inocêncio CRC - MG 077029/O-7
--	--	--	---	--	--	---

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO
 De acordo com o estabelecido em seu Regimento, compete ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente, da auditoria interna, pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento dos riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

ATIVIDADES
 No exercício de suas atividades, o Comitê realizou reuniões com representantes do Conselho de Administração e com os executivos responsáveis pelas principais áreas do Banco, com ênfase em aspectos inerentes aos controles internos, gerenciamento de riscos e informações financeiras.

Nas reuniões com as equipes de auditoria interna e independente, verificou o cumprimento dos planejamentos anuais substancialmente executados, conheceu as metodologias utilizadas, a qualificação do corpo técnico e examinou as conclusões e principais recomendações.

Acompanhou, junto à Administração e à auditoria independente, o processo de preparação das demonstrações contábeis, avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas, examinou as práticas contábeis adotadas, conheceu e debateu o teor do parecer emitido pela auditoria independente.

Adicionalmente, o Comitê recomendou ao Conselho de Administração, em reunião de 20 de fevereiro de 2019, a aprovação das demonstrações contábeis consolidadas do Banco, elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo IASB, para a data-base de 31 de dezembro de 2018.

CONCLUSÕES
 Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente suas atribuições e as limitações inerentes ao escopo de atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

a) Os sistemas de controles internos são adequados ao porte e complexidade dos negócios do Banco e é estruturado de modo a garantir a eficiência das operações, a geração dos correspondentes relatórios financeiros e observância às normas internas e externas a que se sujeitam essas operações. Tais controles são objeto de constante atenção por parte da Administração e vêm sendo permanentemente aprimorados. O Comitê não tem conhecimento de deficiências relevantes que possam comprometer a efetividade destes controles.

b) O Banco adota postura conservadora na avaliação de riscos e dispõe de instrumentos apropriados para sua gestão e mitigação. Desta forma, considera, inclusive, a opinião de advogados externos com capacitação para se pronunciarem sobre o tema. Os riscos entendidos como prováveis, a partir daquela avaliação, foram refletidos nas demonstrações contábeis. Relativamente ao risco de crédito, a rentabilidade futura do banco está vinculada, dentre outros fatores, ao êxito das medidas tomadas ao longo dos anos-calendário de 2015 a 2019, as quais já se encontram parcialmente refletidas nas correspondentes demonstrações contábeis.

c) Os resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna não trouxeram ao conhecimento deste Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade do Banco.

d) O Comitê avalia como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sob os quais suporta sua conclusão acerca da integridade das demonstrações contábeis. O Comitê não tem conhecimento de situações que pudessem afetar a objetividade e independência dos auditores externos.

e) As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O Comitê não tem conhecimento de eventos relativos às empresas controladas pelo Banco que possam afetar a integridade destas demonstrações.

RECOMENDAÇÃO
 O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações contábeis consolidadas do Banco Mercantil do Brasil S.A., para a data-base de 31 de dezembro de 2019.

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2020.

EDSON EUSTÁQUIO DE OLIVEIRA PENIDO
SEBASTIÃO SALVADOR GAMARANO
WELLINGTON INÁCIO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Mercantil do Brasil S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, as demonstrações financeiras relativas ao segundo semestre de 2019, bem como a destinação do resultado, e o Estudo Técnico de Expectativa de Geração de Lucros Tributáveis Futuros, que tem como objetivo a realização dos Créditos Tributários, trazidos a valor presente, de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, Resoluções nºs 3.059/02 e 3.355/06 do Conselho Monetário Nacional e Circular nº 3.171/02 do Banco Central do Brasil, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação pela Assembleia Geral.

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2020.

CONSELHO FISCAL
 Afrânio Eustáquio Ribeiro
 Delson de Miranda Tolentino
 Marcos Paixão de Araújo
 Waldemar Victor de Miranda
 Yehuda Waisberg

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ass Administradores e Acionistas
 Banco Mercantil do Brasil S.A.

Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mercantil do Brasil S.A. e do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho do Banco e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria
 Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas por esses assuntos.

Nossa auditoria para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do período anterior.



Bens não de uso próprio (Nota Explicativa 9.1)
 O Banco possui registrado em seu ativo bens não destinados ao uso próprio, correspondentes a imóveis, veículos e máquinas e equipamentos, que foram retomados ou recebidos em dação de pagamento de operações de crédito inadimplentes.

Esses bens são ajustados ao seu valor recuperável, por meio de constituição de provisão que considera as características de cada classe de ativo.

Pela subjetividade e pelas diversas premissas utilizadas pela Administração no processo de mensuração que podem afetar significativamente a apuração do valor recuperável desses bens, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Ambiente de tecnologia
 O processamento das transações do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.

Assim, é importante a efetiva operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos seus controles dependentes para assegurar o processamento correto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações.

Portanto, o ambiente de tecnologia da informação continua sendo uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento das premissas utilizadas pela Administração para definição do valor recuperável dos bens, bem como realizamos análise da consistência dessas premissas com as adotadas em períodos anteriores.

Adicionalmente, realizamos, em base de testes, a revisão metodológica das premissas operacionais e financeiras utilizadas, bem como o recálculo desses montantes, de forma a avaliar a adequação dos valores apurados.

Consideramos que as premissas e metodologias adotadas pela Administração são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras.

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos o nosso entendimento e testamos a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia, controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios.

Em nosso plano de trabalho, consideramos também testes relacionados à acesso lógico, aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas e segurança de acessos a programas e banco de dados.

Como resultado desses trabalhos consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (Notas Explicativas 2.4 e 7) A apuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma área que requer julgamentos por parte da Administração do Banco. A análise de risco de crédito da contraparte e mensuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é um processo que envolve utilização de várias premissas, cenários econômicos, avaliação da situação financeira da contraparte, dos níveis de inadimplência e garantias das carteiras, bem como, impacto da política de renegociação, dos valores estimados de recuperação e a aplicação das normas legais e regulamentares do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº. 2682. O uso de técnicas e premissas incorretas ou a aplicação indevida da regulamentação vigentes poderia resultar em estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa significativamente diferente. Considerando o exposto acima, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes de controles internos relevantes para a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Além disso, executamos testes de auditoria focados na: (i) integridade da base de dados; (ii) premissas adotadas pela administração na mensuração do valor recuperável da carteira de crédito; (iii) identificação, aprovação, registro e monitoramento das operações, inclusive as renegociadas; (iv) processos estabelecidos pelo Banco para cumprimento das premissas e normas do Banco Central do Brasil; e (v) confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados. Adicionalmente, em base amostral, testamos as premissas adotadas para análise de risco das contrapartes, existência de garantias e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão com base nos referidos níveis de riscos atribuídos pela Administração. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.
Reconhecimento e valor recuperável dos créditos tributários (Notas Explicativas 2.4 e 8.1) O Banco apresenta saldo contábil relevante relativo a créditos tributários decorrentes, substancialmente, de diferenças temporárias e prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de Contribuição Social. Para o registro e a manutenção dos referidos créditos, a Administração elabora estudo de projeção de lucro tributário e de realização dos créditos tributários, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil. O referido estudo envolve complexidade, aplicação de julgamentos e adoção de premissas subjetivas pela Administração. Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram a obtenção do estudo de projeção de lucros tributários aprovado pelo Conselho de Administração. Efetuamos, também, a análise da razoabilidade das premissas utilizadas pelo Banco com as divulgadas no mercado, quando aplicável. Adicionalmente, confrontamos os dados históricos com as referidas projeções e efetuamos análise de aderência frente a Resolução 3.059 do Conselho Monetário Nacional. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da realização dos créditos tributários são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras.
Provisões e passivos contingentes (Notas Explicativas 2.4 e 12.4) O Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. Os processos podem ser encerrados após um longo tempo e envolvem, não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação e jurisprudência vigentes. A evolução de jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme. Como a mensuração e definição de reconhecimento de um passivo contingente, envolve aspectos subjetivos e julgamentos exercidos pela administração do Banco. Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Nossos principais procedimentos de auditoria abrangeram a atualização do entendimento dos processos internos relevantes relacionados à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro da provisão para passivos contingentes e as divulgações em notas explicativas, bem como testes sobre a totalidade das bases de contingências e testes de aderência às respostas dos advogados externos. Efetuamos testes em base amostral sobre a integridade e histórico de perdas incorridas que são base para quantificação dos processos judiciais massificados de natureza cível e trabalhista. Com relação aos processos individualizados, substancialmente processos de natureza tributária, a apuração é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas a cada uma das ações. Análisisamos a probabilidade de perda dos processos judiciais e administrativos significativos de acordo com a natureza de cada processo. Adicionalmente, realizamos procedimentos de confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte, bem como obtivemos confirmação com os assessores jurídicos responsáveis pelos processos relevantes, sobre a probabilidade de perda e o valor das causas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para passivos contingentes são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado
 As demonstrações individuais e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".
 Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
 A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Nem conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Forneçemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por causa das consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2020.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
 Contador CRC ISP197007/O-2

MERCANTIL DO BRASIL
 Compromisso com você.

A GENTE PODE FAZER MAIS PELO SEU NEGÓCIO.

Acesse
mb.b.br/empresa

Aponte a câmera do seu telefone e conheça nossas soluções para a sua empresa.

@mercantildobrasil